



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional.

SERVIÇO SOCIAL, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA IMPORTANTE RELAÇÃO HISTÓRICA PARA A RUPTURA COM O CONSERVADORISMO

JULIANO ZANCANELO REZENDE¹

Resumo: como síntese de um trabalho investigativo, o presente artigo busca apresentar apontamentos centrais em relação às contribuições históricas da organização política da categoria profissional de assistentes sociais, especialmente no âmbito sindical, para o desenvolvimento da vertente crítica do Serviço Social brasileiro, e conseqüentemente para a ruptura com o conservadorismo da direção social da profissão no Brasil. Como marco episódico significativo para a história da ruptura com o conservadorismo, destaca-se a intervenção político-sindical da categoria no III CBAS. E aponta, brevemente, a relação necessária e fundamental entre as expressões dos conflitos de classes e o Serviço Social.

Palavras-chave: Lutas; Ruptura; Serviço Social.

Resumen: como síntesis de un trabajo investigativo, el presente artículo busca presentar apuntes centrales en relación a las contribuciones históricas de la organización política de la categoría profesional de asistentes sociales, especialmente en el ámbito sindical, para el desarrollo de la vertiente crítica del Trabajo Social brasileño, y conseqüentemente para la ruptura con el conservadurismo de la dirección social de la profesión en Brasil. Como marco episódico significativo para la historia de la ruptura con el conservadurismo, se destaca la intervención político-sindical de la categoría en el III CBAS. Y señala brevemente la relación necesaria y fundamental entre las expresiones de los conflictos de clases y el Trabajo Social.

Palabras clave: Luchas; Ruptura; Trabajo Social.

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se apresenta como resultado e síntese de parte dos estudos investigativos que ocorreram durante a minha participação em um projeto de Iniciação Científica que trata de estudar a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais no período entre as décadas de 1970 e de 1980 no Brasil. E, além disso, também expressa o acúmulo teórico da construção do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, o qual foi submetido à banca avaliadora e aprovado como requisito parcial para a minha obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <julianozancanelo@gmail.com>.

Atualmente, a produção teórica no Serviço Social pouco aborda as temáticas dos movimentos sociais e a publicização dos conflitos de classes através das lutas sociais.

[...] com base na categorização dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social: “A área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular”. [...] entre os 162 trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS, realizados em 1995 e 2008, 3% tematizam os movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 461 apud DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.109)

A escassa pesquisa e produção acadêmica no Serviço Social sobre os movimentos sociais é algo a ser considerado tendo em vista a relevância de tal debate na própria história do Serviço Social, especialmente no que se refere ao processo de crítica ao conservadorismo e a construção do atual projeto ético-político. Em uma conjuntura de reacionarismo, aprofundar e evidenciar a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais é iluminar as sombras que, muitas das vezes, obscurece os valores expressados no projeto ético-político da profissão.

Não há, portanto, razões históricas que justifiquem ondas de simplificação no debate contemporâneo sobre os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos no Serviço Social. Todo o acúmulo alcançado até o momento, que fundamenta o projeto ético-político profissional, precisa cotidianamente ser ativado e aprofundado. (RAMOS e SANTOS, 2016, p. 231)

Como o estudo sobre a relação da profissão com as lutas e movimentos sociais ainda se encontra tímido frente à majestosa produção teórica do Serviço Social, pesquisar tal temática colabora para a compreensão coletiva sobre a ligação da profissão com as expressões dos conflitos de classes os quais são publicizados através das lutas e movimentos sociais. Ou seja, como os movimentos e lutas sociais fazem parte das expressões da questão social, estudar sua relação com o Serviço Social é melhor interpretar a própria profissão.

Buscaremos ao longo desse trabalho apresentar apontamentos que versem sobre a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais, sendo destacado que tal relação possui um cariz fundamentalmente histórico. No período demarcado pelo Movimento de Reconceituação Latino-Americano, consideramos a inserção política de uma parcela de assistentes sociais

brasileiros nas lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, especialmente no que tange a organização clássica dos trabalhadores – o sindicato, como fundamental para o desenvolvimento da ruptura com o conservadorismo do Serviço Social brasileiro, e atualmente para consolidação hegemônica de uma concepção crítica da profissão.

II. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA

De acordo com os grifos de NETTO (2005), observamos que no início da década de 1960, na América Latina, existia uma conjuntura de inquietação social tanto em vista as consequências da dominação imperialista. No Brasil, tal inquietação entendia que seria necessário para o povo brasileiro o desenvolvimento do país, desconsiderando seu caráter de capitalismo dependente. Nesse sentido, o Serviço Social se deparou com reflexões sobre sua função no processo de desenvolvimento do Brasil, particularmente no trato com as expressões da questão social.

Ainda sob a perspectiva de ultrapassagem do “subdesenvolvimento” rumo a um país desenvolvido, o Estado brasileiro requisita o Serviço Social para atuar no âmbito da reprodução social de maneira mais qualificada e profissional. Essa requisição consistia a partir da necessidade de resposta do Estado frente o agravamento das refrações da questão social devido às modificações das relações de produção e de exploração da força de trabalho. Tendo em vista essa requisição mais qualificada e profissional para a atuação do assistente social, aumentaram-se consideravelmente as instituições de formação profissional e também se ampliou o mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais.

Nesse sentido, condições importantes para uma reconfiguração da profissão foram: o processo de laicização da formação profissional com a inserção acadêmica; a criação da pós-graduação, que possibilitou o caminho para pesquisa; a alteração no perfil dos estudantes de Serviço Social, que

começou a ser traçado por sujeitos advindos de baixas camadas sociais; o enraizamento de um mercado nacional de trabalho, para além das requisições do estado, a partir das necessidades e demandas da via privada; e por fim, um processo de assalariamento do assistente social. (NETTO, 2009)

Essas e outras transformações, postas pela “modernização conservadora”, não determinaram apenas a refuncionalização do tradicionalismo profissional às suas exigências, mas gestaram também espaços de tensão e contradições que o regime controlou mediante a repressão e a cooptação – cujas implicações viriam à tona (como se comprovou) no momento terminal da sua crise. (NETTO, 2009, p.31-32)

O início de contestação ao conservadorismo no Serviço Social brasileiro durante o começo da década de 1960 – a partir da relação de uma vanguarda profissional com lutas gerais das camadas populares – pode ser analisado pelos seguintes fatores, os quais NETTO (1990) demonstra:

a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal. b) a crescente diferenciação das concepções profissionais [...], derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa”. (NETTO, 1990, p.135)

Conforme MARTINELLI (2009), o I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, sediado pela PUC do Rio Grande do Sul em 1965 se caracterizou como marco episódico que estabeleceu definições críticas ao tradicionalismo da profissão. Tal evento se expressou pela sinalização de rompimento com as referenciais teórico-metodológicas positivistas do Serviço Social e com a Doutrina Social da Igreja Católica. De maneira estratégica, foi aprovada no Seminário a criação da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS). E como o Brasil passava pelo regime autoritário da ditadura civil militar, elegeu-se a cidade de Lima, no Peru, para ser sede da Associação.

Tendo em vista o contexto de aumento das desigualdades sociais, de empobrecimento crescente e de alteração no perfil profissional do Serviço Social, uma parcela de assistentes sociais, a partir do trabalho profissional, teve

contato com movimentos sociais da classe trabalhadora e puderam desenvolver trabalhos articulados com organizações políticas, norteando-se pelas influências do movimento de reconceituação presente na América Latina. (FALEIROS, 2009)

Esse movimento foi impulsionado pela crítica ao serviço social funcionalista, adotando uma referência marxista, como expresso nos projetos das Escolas de Serviço Social da Universidade Católica de Valparaíso – Chile e PUC de Belo Horizonte. Como assinala Faleiros (2008) esse movimento é diversificado, mas se articula a uma ruptura com a visão integradora assistencialista, positivista e liberal bem como com a visão tecnocrática e propõe sua articulação a um processo participativo a partir da relação política com a transformação da estrutura. Tanto a Alaets – Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social como o Celats – Centro Latino Americano de Trabalho Social fortalecem a reconceituação. (FALEIROS, 2009, p.47)

Na esteira no Movimento de Reconceituação Latino-Americano, em um curto período que antecede o golpe civil militar de 1964 no Brasil, em articulação com as movimentações sociais entorno das chamadas “reformas de base”, que acontece a sinalização para o que as estudiosas DURIGUETTO e MARRO (2016) descrevem como a base do processo de crise do tradicionalismo do Serviço Social brasileiro. Ou seja, é a partir da relação de segmentos profissionais com as lutas, movimentos sociais, organizações populares e vertentes da igreja católica vinculadas à teologia da libertação que se expressa no cenário profissional um alicerce para o processo de questionamento às concepções conservadoras do Serviço Social no Brasil.

Expressões significativas da denominada crise do tradicionalismo da profissão no Brasil foram as intervenções profissionais de assistentes sociais sintonizados com o projeto de “Desenvolvimento de Comunidade” – com referências teóricas de Paulo Freire. No entanto, essas experiências de atuação profissional baseadas na concepção de educação de base foram interrompidas pelo desdobramento do golpe civil militar de 1964. (DURIGUETTO e MARRO, 2016)

Como estratégia de desenvolvimento das aspirações progressistas endógenas ao Serviço Social no que se referem às reivindicações corporativas, o campo crítico da categoria profissional de assistentes sociais, em uma realidade ainda caracterizada pela autocracia burguesa, inicialmente, optou-se

pela organização política via associações profissionais e não por meio de sindicatos oficiais, tendo em vista a possibilidade de autonomia política. Afinal, o sindicato sofria diretamente o controle, repressão e intervenção do regime autoritário. (SPOSATI, 2009)

Conforme LOURENÇO (2016), uma pioneira forma de organização coletiva dos assistentes sociais no Brasil foi o sindicato, através da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), a qual foi criada enquanto entidade pré-sindical no ano de 1955. No entanto, com os rebatimentos da instauração do regime autocrático burguês o processo de organização sindical da categoria foi interrompido, assim como diversos movimentos sociais foram reprimidos pelo caráter autoritário da ditadura civil militar iniciada em 1964.

Apesar de não ser sindicato, a APASSP em primeiro momento, possuía reconhecimento do movimento sindical geral, sendo respeitada por ser uma associação profissional combativa e que tinha representatividade. Além disso, a prática sindical da entidade possibilitou a visão do assistente social como um profissional que se reconhece enquanto trabalhador e que luta pelos interesses da classe trabalhadora respaldado por seu projeto político. (LOURENÇO, 2016, p. 32)

O golpe civil militar brasileiro de 1964 além de se desdobrar em um regime autocrático burguês, o qual se propôs em reprimir e controlar as movimentações populares e democráticas no país para a garantia de uma correlação de forças favoráveis para a classe dominante interna, também “foi um episódio de um processo mais amplo: o processo de uma contra-revolução preventiva implementada em escala mundial” (NETTO, 2009, p16). Sendo que, tal processo teve como principal apoiador externo os Estados Unidos, em prol da hegemonia imperialista. (NETTO, 2009)

Nos grifos de NETTO (2009), verifica-se que durante o regime autocrático burguês brasileiro acontece uma relação entre os interesses externos imperialistas com interesses da burguesia agrária nativa, através da burocracia estatal. Ao mesmo tempo em que se garantia o desenvolvimento dos monopólios imperialistas, também se manteve a integração das conveniências do latifúndio.

Entretanto, ainda durante o primeiro lustro do regime, camadas sociais que apoiaram a instalação da ditadura, como a pequena burguesia urbana, começaram a se sentir desfavorecidas e migraram-se, não em sua totalidade,

para o lado de oposição ao regime. Afinal, “o Estado autocrático-burguês não poderia atender aos interesses do conjunto da coalizão golpista – ele servia basicamente ao grande capital” (NETTO, 2009, p 22).

O apogeu da ditadura, que esquematicamente pode ser situado entre o AI-5 e o processo eleitoral de 1974, não se garantiu tão somente com a utilização do terrorismo estatal: peça importante neste período consistiu no desempenho da economia, cujo crescimento real propiciou a retórica do “milagre brasileiro”. Mas o “milagre” não resistiu à sua primeira prova: foi a pique com a crise capitalista mundial que, deflagrada com o chamado “primeiro choque do petróleo” e agudizada em 1975-1976 (cf. Mandel, 1990), rebate fortemente aqui, demonstrando a mistificação do mote “Brasil potência”, e colocando a nu a vulnerabilidade do país. (NETTO, 2009, p. 22-23)

Mesmo com a forte repressão aos movimentos populares e democráticos, a partir das grandes greves do ABC paulista, a classe operaria se colocou como ponta de lança para os processos de oposição à ditadura civil-militar. Era nítida a expressão da luta de classes na imersão das movimentações operárias, o que estimulou a luta coletiva contra o regime, somando-se ao processo de enfrentamento dos movimentos sociais que lutavam contra o custo de vida, pela anistia, por acesso a bens e serviços, dentre outros como o movimento estudantil. “Tais movimentos, em geral de caráter policlassista, viram-se galvanizados pela reinserção, na arena política, da classe operária, cuja organização sindical experimentou rápida vitalização com potencia da combatividade.” (NETTO, 2009, p. 25).

A crise de legitimidade da autocracia burguesa foi intensificada com as mobilizações populares, encabeçadas pelo sindicalismo. Os movimentos sociais de trabalhadores ao tornarem públicas suas diversificadas reivindicações, as quais possuíam horizonte unitário comum, contribuíram de maneira significativa para a derrota do regime autocrático. No âmbito do sindicalismo, tivemos a expressividade das lutas contra o arrocho salarial somadas aos processos reivindicatórios dos movimentos populares e democráticos contra o alto custo de vida e por serviços públicos de qualidade, como saúde, moradia e transporte. Além do movimento estudantil, que denunciava a repressão nas universidades e fazia coro pelas liberdades democráticas. (FALEIROS, 2009)

Como fala ERUNDINA (2009), no bojo da efervescência política e social da autocracia burguesa juntamente com o agravamento da questão social, as

camadas sociais de trabalhadores se apresentaram nas lutas sociais por direitos e condições de vida, enquanto reação aos impactos da conjuntura.

Aos poucos a população foi tomando consciência dos seus direitos e de sua força, começando a se mobilizar para exigir mudanças. Foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história. Os assistentes sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados. (ERUNDINA, 2009, p.109)

Faz-se necessário evidenciar que a reabertura democrática no Brasil tornou possível o desabrochamento do processo que se resultou na conhecida vertente intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Dado esse processo somado à alteração do perfil dos assistentes sociais, que transitou de mulheres da burguesia para sujeitos advindos da classe trabalhadora, parte da categoria começou a se perceber enquanto participe da classe explorada. (SANTOS, 2010)

Segundo NETTO (2009), no contexto do desenrolar do regime autocrático, com o processo de empobrecimento das camadas mediais devido à política econômica da ditadura, caracterizada pela maior concentração da riqueza socialmente produzida e, conseqüentemente, aumento das refrações da questão social, além da mobilização político-social de movimentos operários, movimentos de demais trabalhadores assalariados e setores da pequena burguesia, “o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) traz à cena as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social” (NETTO, 2009, p.27). Ainda, percebemos que os assistentes sociais brasileiros sempre foram participantes da política, com consciência de tal participação ou não. Afinal, a omissão pode ser “a forma mais inconsciente de participação política” (NETTO, 2009, p.27).

Na verdade, o Serviço Social nunca esteve ausente da cena política durante o ciclo ditatorial aberto com o golpe de abril de 1964. Ao longo de todo o ciclo ditatorial incontável contingente de assistentes sociais

apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventuários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática. Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. De 1964 a 1979 uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes, resistiu à ditadura pelos meios que encontrou e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal. [...] Enfim, no momento de auge do regime ditatorial não poucos profissionais, docentes e estudantes, foram alvo da sanha repressiva, engrossando o rol das vítimas do terror estatal. Em suma, profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social marcaram presença na resistência democrática e no combate à autocracia burguesa. (NETTO, 2009, p.29)

Dada à efervescência política do período, protagonizada pelo movimento operário, surgiram-se possibilidades para o início de uma expressividade no que se referem alterações da direção sócio-política da profissão no sentido de se romper com as concepções tradicionais e conservadoras do Serviço Social. As inclinações até então minoritárias, haja vista a hegemonia conservadora, puderam gozar de condições favoráveis para suas manifestações e posicionamentos.

Parte dos assistentes sociais que comungavam pelas liberdades democráticas também se sustentaram e conseguiram ter uma atuação norteada pelos valores que eram objeto de repressão da autocracia burguesa. Atuação que nos marcos da crise da ditadura pôde ser desenvolvida com menos ocultamento de suas reais intenções. Foi nessa direção que a ditadura não conseguiu impedir que parcela dos assistentes sociais conseguisse tomar conhecimento, no contato com as diversas expressões de acirramento da questão social através do exercício profissional, dos malefícios sociais impulsionados pelo regime autoritário. (NETTO, 2009)

Conforme GONÇALVES (2016), imersa em uma conjuntura de destaque das lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora enquanto expressão pública dos conflitos de classes, parte da categoria profissional dos assistentes sociais se inseriu em distintas formas de organização política, sendo destacada a organização clássica dos trabalhadores, o sindicato. A condição primeira para

a organização política desses profissionais foi desencadeada por questões objetivas e imediatas, em relação à luta contra os ataques da autocracia burguesa sobre os direitos dos trabalhadores. Haja vista esse processo de organização política de uma vanguarda profissional, rebatimentos na dimensão política do Serviço Social pôde se expressar na disputa pela direção social da profissão, sendo questionado o tradicionalismo.

Configurando-se o início do processo de abertura democrática, gradualmente, a partir de 1978, são desenvolvidas grandes mobilizações populares e sindicais, com amplo apoio dos diversos setores assalariados, conjuntamente à intensificação das reivindicações das massas trabalhadoras através do movimento contra o encarecimento do custo de vida. O Movimento Estudantil, organizado hegemonicamente pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que até então estava em situação de perseguição pelo regime autocrático burguês, volta à cena política compondo a vanguarda dos atos de rua com o movimento sindical e demais setores populares.

Como expõe BADARÓ (2009), o período do novo sindicalismo no Brasil, demarcado nos últimos anos da década de 1970, foi também caracterizado pelo grande número de greves, das variadas categorias profissionais, tendo milhões de trabalhadores ligados à movimentos grevistas.

Assim como expressam os grifos de ABRAMINDES (2009), o novo sindicalismo foi um dos principais pilares que impulsionou a ação política articulada dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora no período. Por exemplo, rebatendo toda essa nova movimentação conjuntural nas ações políticas das entidades sindicais de assistentes sociais a partir dos últimos anos da década de 1970.

No contexto da ambiência político-social e cultural, do final dos anos 1970 aos anos de 1980, as vanguardas profissionais, com militância político-sindical e profissional na categoria se inserem nas lutas sociais em curso na sociedade brasileira, no momento histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora organizada, sob a autonomia e independência de classe. (ABRAMIDES, 2009, p.89)

Todo esse viés sindical classista, combativo e autônomo deu forma na atuação política de boa parte dos assistentes sociais enquanto militantes e sindicalistas, provocando uma nova reflexão no que se refere tanto à atuação

político-sindical dos profissionais quanto à compreensão teórico-metodológica sobre o Serviço Social, questionando as amarras do Serviço Social tradicional, que culminou em um relevante debate interno da profissão acerca de um novo projeto profissional que potencializasse o polo da classe trabalhadora na balança da contradição entre capital e trabalho.

Foi nesse cenário que as entidades sindicais da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e, posteriormente, da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), embutidas na perspectiva do sindicalismo de novo tipo, foram extremamente necessárias no que se refere ao processo de intenção de ruptura com o conservadorismo para o Serviço Social.

A articulação das entidades sindicais da CENEAS junto ao forte movimento sindical e popular combativo culminou em condições objetivas para a determinação do caráter de ruptura com o conservadorismo do III CBAS, batizado de Congresso da Virada. A partir dessa articulação de cunho classista de parte da categoria de assistentes sociais, obtivemos uma direção social pela luta em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, inflexionando para essa via de ruptura com o tradicional não só a categorial profissional, mas também a formação teórica e a organização estudantil, dando destaque ao projeto da emancipação humana pela via do socialismo. (ABRAMIDES, 2009)

Antes do III CBAS, o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais estabeleceu um acordo com o Centro Latino-americano de Trabalho Social (CELATS) para financiamento dos encontros nacionais sindicais da categoria profissional e também para uma pesquisa sobre as condições de trabalho do assistente social. Tal pesquisa foi fundamental para respaldar o processo de luta econômica da categoria por melhores condições de trabalho, como a reivindicação por um piso salarial chamado de salário mínimo profissional (SMP). No entanto, a luta econômica pelo SMP não foi conquistada por conta da não aprovação de um projeto de lei. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009)

A partir da criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, a parceria com o CELATS foi renovada para a CENEAS.

O que se expressou em apoio financeiro e político para o movimento sindical da categoria profissional até sua consolidação marcada pela criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) no ano de 1983. No ápice do sindicalismo da categoria registra-se um total de vinte e oito entidades sindicais no Brasil, as quais, de maneira unitária, potencializavam a defesa de um projeto profissional crítico e combatiam as amarras conservadoras no interior do Serviço Social, além de estarem presentes nas lutas gerais da classe trabalhadora. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009)

O caráter prévio do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais consistia em um evento de cunho conservador, tendo em vista a ausência em sua programação de espaços os quais propiciassem a reflexão crítica do conjunto profissional em um contexto de efervescência das lutas sociais e agravamento da questão social. A pretensão da comissão organizadora era a discussão das políticas sociais de maneira setORIZADA, não colaborando para uma análise de totalidade sobre o movimento da realidade concreta.

De maneira estratégica, os assistentes sociais militantes do movimento sindical da categoria se incorporaram aos diversos grupos de trabalho do evento e perceberam um nítido desprazer dos demais profissionais a cerca dos rumos do congresso. Tais sindicalistas se colaram de maneira crítica nos grupos de trabalho, questionando o caráter antidemocrático e conservador do III CBAS, haja vista a instituição de uma comissão de honra composta por representantes da ditadura civil militar. O episódio de homenagear aqueles que representavam a repressão, a tortura, a perseguição política, o cerceamento da livre expressão e o aprofundamento das desigualdades sociais no país foi duramente criticado pelos militantes. Ora, aquela homenagem chocou-se com tudo aquilo que os movimentos democráticos e populares vinham lutando. Essas intervenções dos assistentes sociais envolvidos com as entidades sindicais da categoria foram fundamentais para “a ação ofensiva e organizada que deriva na virada do Congresso” (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.65).

Conforme NETTO (2009), o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais possui significados singulares para os rumos do Serviço Social no Brasil, expressando-se enquanto “marco no processo de politização e mobilização de

profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país” (apud YAZBEK et alii, 2008, p 21).

O III CBAS foi palco de uma descontinuação da direção sócio-política da profissão vinculada ao poder dominante e à ordem social. O mesmo campo político de profissionais que criticavam a modernização conservadora do Serviço Social e propunham alternativas críticas para os rumos da profissão no Brasil, eram os mesmo que empunhavam as bandeiras de luta contra o regime autocrático burguês. Também, foram esses assistentes sociais combativos que ao se relacionarem com as diversas lutas da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida, comprometeram-se por apresentar um novo método de análise do real, divergindo-se do tradicionalismo do Serviço Social e alvitrando-se para uma concepção crítica de profissão.

O movimento sindical da categoria de assistentes sociais foi fundamental para a “virada” do III CBAS. Foi o “Congresso da Virada” que marca a história de contestação e rompimento com o tradicionalismo do Serviço Social, provocando uma alavancada na disputa pela direção social da profissão, sendo reivindicada pelos setores progressistas a concepção crítica. (SANTOS, 2010)

Assim como descreve MARTINS (2012), o movimento sindical da categoria foi fundamental para o processo de construção de uma contra hegemonia no interior do Serviço Social, particularmente no que se refere à direção social da profissão. O estudioso ainda salienta que a atuação das entidades sindicais de assistentes sociais se deu através da articulação permanente com as lutas sociais amplas que ocorreram no cenário nacional. Nessa mesma direção de unidade com as lutas mais amplas da classe trabalhadora, os assistentes sociais, por meio de suas entidades sindicais, aderiram ao debate sobre a transição da organização sindical de categoria profissional para ramo de atividade econômica, e deliberaram sobre a necessidade estratégica de adesão a uma organização sindical que abarcasse um maior número de trabalhadores do mesmo ramo de atividade.

Segundo DURIGUETTO e MARRO (2016), durante a década de 1980 a movimentação profissional referenciada na vertente “intenção de ruptura” com o conservadorismo no Serviço Social, articulada e inserida junto aos movimentos

sindical e popular, refletiu diretamente em alterações políticas no conjunto CFAS/CRAS, atualmente CFESS/CRESS. Foi através de disputas pela direção dos conselhos profissionais que as entidades sindicais conseguiram imprimir um direcionamento político crítico aos conselhos, que até então estavam sob a direção conservadora. Esse avanço político de conquista da direção do conjunto CFAS/CRAS, com o apoio do movimento estudantil e da ABESS, atualmente ABEPSS, resultou em vitórias para a perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro, haja vista o significado ético-político das aprovações de um novo Código de Ética Profissional, com orientação crítica, e da nova Lei de Regulamentação da Profissão, datada em 1993.

As determinações sócio-históricas, suas mediações e rebatimentos na viragem profissional para a defesa dos interesses das classes subalternas produziram, ao longo da década de 1980, o aprofundamento do debate em torno do componente ideopolítico do Serviço Social – colocado de forma germinal no processo de Reconceituação latino-americano. Este debate, desenvolvido por segmentos da categoria, centrou-se em propostas de intervenção orientadas por um compromisso com os setores populares, considerando como espaço de intervenção profissional as instituições estatais, empresas privadas e os movimentos sociais. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.104)

III. CONCLUSÃO

Conforme DURIGUETTO e MARRO (2016), a construção do projeto ético-político do Serviço Social é constituída por elementos que destacam o caminho de ruptura com o conservadorismo na profissão, sendo extremamente relevante “a relação da profissão com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas” (p.97). Destacando-se o processo de lutas sociais em curso no país, no período da década de 1970, como engrenagem política que colaborou para o desenvolvimento da concepção crítica do projeto ético-político da profissão, atualmente hegemônico.

Com a inserção de segmentos progressistas da profissão na efervescência político-social das lutas e movimentos sociais durante o período de reabertura democrática no Brasil, obtivemos um saldo político que se espalhou

para o Serviço Social brasileiro, refletindo-se em todas as distintas dimensões da profissão.

Mesmo com a complexidade da conjuntura desfavorável para a classe daqueles que sobrevivem através do próprio trabalho, algumas investidas do capital se defrontam com a resistência dos setores populares, como exemplo as lutas por moradia, por reforma agrária, por serviços públicos universais e de qualidade. Esses conflitos acabam se expressando em base real para as demandas profissionais, pois se constituem enquanto refração da questão social.

Deve-se compreender que os conflitos sociais, expressados pelas lutas e movimentos sociais, fazem parte fundamental das refrações da questão social, tendo em vista que o conflito social demonstra a contradição de interesses entre capital e trabalho. E conseqüentemente por comporem as expressões da questão social, os conflitos de classes refletem na base das demandas para o Serviço Social, mesmo que indiretamente.

Nem sempre os fenômenos como a fome, o desemprego, a violência de gênero, a falta de acesso das classes subalternas do campo de da cidade aos direitos sociais ou outras tantas demandas profissionais encontram relação direta com as lutas dos sujeitos coletivos. Entretanto, isso se deve também ao efeito vitorioso de estratégias de dominação que coagulam as expressões da questão social em meras “demandas individuais” e interditam a relação com as lutas de diversos movimentos sociais. Ao propor, na análise da questão social, uma ênfase especial nos traços de luta e resistência que estão presentes nas suas expressões, destacamos a necessidade de reconstruir a relação – mais ou menos visível, mais ou menos direta – que existe entre as demandas profissionais e as lutas das classes subalternas – tanto em termos teóricos, como das perspectivas concretas que essa relação pode descortinar para a intervenção profissional. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.112)

Devemos ponderar a relação do Serviço Social com os movimentos sociais e seus processos de luta ao considerar que tal relação necessária se caracteriza como indissociável da profissão, pois se fundamenta social e historicamente a partir da questão social. É na explicação fundante da contradição de interesse históricos entre o capital e o trabalho que poderemos analisar a relação/ligação do Serviço Social com as expressões dos conflitos de classes, ou seja, também com as lutas e movimentos sociais enquanto elementos que tornam públicas e políticas as refrações da questão social.

Portanto, urge entender a relação necessária entre o Serviço Social e as lutas e movimentos sociais como algo que tange à compreensão crítica do movimento do real e da própria profissão. Como já explicitado ao longo desse trabalho, uma das condições fundamentais para o processo da intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social e para o desenvolvimento e hegemonia do atual projeto ético-político compromissado com os interesses históricos da classe trabalhadora, foi a inserção de parcela de assistentes sociais nas lutas e movimentos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras. E ao se compreenderem enquanto participes da classe explorada e pertencentes à um processo de trabalho coletivo e socialmente combinado. Ao imergirem no contato com as experiências de lutas e movimentos sociais, essa parcela que compôs uma vanguarda profissional pôde disputar interna e externamente a direção social do Serviço Social, e conquistar hegemonia a qual perdura até os dias de hoje, na ainda constante disputa de projetos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria B. C. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.
- _____; CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 55-78.
- BADARÓ, Marcelo Mattos. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. 160 p.
- DURIGUETTO, Maria Lucia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: _____. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 97-118.
- ERUNDINA, Luiza. Análise do contexto socioeconômico e político no Brasil na década de 1970 e suas implicações para o serviço social. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. p. 107-119.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na conjuntura dos anos 70. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. p. 43-54.

GONÇALVES, Geovane Martins. **Reconstrução histórico crítica do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora: Análise dos processos históricos do Serviço Social Brasileiro**. PPGSS – UFJF. 2016. 169 p.

LOURENÇO, Damaris Almeida; SABADIN, Max Sander; FERREIRA, Isadora; POSSATO, Priscilla Gouvêa Alves. 105 f. 2016. **O engajamento político-sindical dos assistentes sociais supervisores de campo de estágio da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Trabalho de Conclusão de Curso – (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MARTINELLI, Maria Lucia. Análise do contexto socioeconômico e político no Brasil na década de 1970 e suas implicações para o serviço social. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. p. 81-96.

MARTINS, Daniel de Aquino Lucas. **O caminho da conquista**: a organização política das(os) assistentes sociais até a redução da jornada de trabalho. 2012. 170 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2012.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. p. 15-42.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 424 p.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, ano XXVI, n. 84, nov. 2005.

RAMOS, Sâmia Rodrigues e Santos, Silvana Mara de Moraes dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: _____. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo, Cortez. 2016. p, 209-233.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. **A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil**: dilemas e desafios contemporâneos. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SPOSATI, Aldaiza. A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. p. 81-96.